



A interface sintaxe, semântica e pragmática no funcionalismo

The interface syntax, semantics and pragmatics in functionalism

Maria Helena de Moura NEVES
(Universidade Estadual Paulista - UNESP/
Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM)

RESUMO

*Esse trabalho dedica-se a traçar um panorama de propostas funcionalistas de diferentes vertentes, a partir da verificação dos princípios funcionalistas que estariam em relevância, nos diferentes casos. Entende-se que por aí pode ficar revelado o caminho que leva ao abrigo diferenciado de determinados temas e de determinados objetos de análise e, muito especialmente, o caminho que leva ao aproveitamento mais efetivo, em cada proposta, de determinadas conexões com outros campos de conhecimento. Como já apontado em Neves, (2011), é muito difícil um estudo global do que vem sendo chamado **funcionalismo**, especialmente porque as abordagens ditas “funcionalistas” não são, em geral, identificáveis por rótulos teóricos, ligando-se, várias delas, apenas aos nomes dos estudiosos que as desenvolveram. No entanto, apesar dessas reconhecidas diferenças, admite-se a existência de um denominador comum que pode ser rastreado nas diferentes proposições existentes, de tal modo que é possível a caracterização básica do que seja uma teoria funcionalista da linguagem. Nesse sentido, o propósito desse trabalho é apontar as semelhanças e as especificidades da relação entre sintaxe, semântica e pragmática em diferentes propostas atuais do funcionalismo.*

Palavras-chave: *funcionalismo; interfaces; sintaxe; semântica; pragmática.*

ABSTRACT

In this paper, I write from my experience as a researcher on linguistics, grammar and history of grammar, but especially from my role as author of grammar books and dictionaries, each of them based on real language usage. From the start, I declare my theoretical ground on Functionalism, circumscribed here to its most general tenets and presented in a practical exercise of analysis. My intention here is to highlight the pragmatic component for two reasons: firstly, because only recently this component has entered the concern of scholars of language and the authors of grammar textbooks, (ii) secondly, because its theoretical apprehensibility is more complex, since such component offers a higher level of difficulty to reach an explanation that would give it legitimacy beyond a folkloric interest or fad. More than that, I propose, as the background for the following considerations about linguistic usage, the existence of a coupled compositionality of the components that produce language: syntax, semantics and pragmatics.

Key-words: *functionalism; interfaces; syntax; semantics; pragmatics.*

Uma gramática funcional é essencialmente uma gramática 'natural', no sentido de que tudo nela pode ser explicado, em última instância, por referência a como a língua é usada.¹ (Halliday 1994: XIII)

Introdução

Quando um estudioso da gramática lança os olhos para a história das gramáticas no Ocidente, facilmente observa que os empreendimentos iniciais – admiráveis, sim – se fizeram sem essa fonte de rigor metodológico que viria, muito depois, da ciência linguística, ou seja, sem a garantia de estabelecimento inequívoco de um objeto teoricamente constituído, e, a partir daí, sem suporte rigoroso para a necessária criação de fatos gramaticais a descrever. Não podemos dizer que tenha faltado teoria, por exemplo, na criação do incrível edi-

1. Tradução minha. Original inglês: *A functional grammar is essentially a 'natural' grammar, in the sense that everything in it can be explained, ultimately, by reference to how language is used.*

fício de doutrina em que se constituiu a gramática greco-alexandrina. Pelo contrário, ainda hoje essa gramática nos dá lições de acuidade de análise, provinda do saber filosófico e da ancoragem no profundo pensamento grego sobre a linguagem, revelado na própria literatura que aquela civilização produziu.

Entretanto, para as investigações linguísticas do século XXI aí está constituída uma ciência de sustentação, uma teoria autônoma de linguagem. A análise já não precisa recorrer a aparatos fornecidos por outros campos do conhecimento, por exemplo a lógica ou a retórica, que, como sabemos, tão determinantemente dirigiram as primeiras incursões no estudo do funcionamento da linguagem. Hoje a ciência linguística garante princípios teóricos que orientam a instituição e a visão dos objetos de análise.

A teoria em questão nestas reflexões é o Funcionalismo linguístico, trazido, num exercício prático, dentro dos mais gerais de seus princípios.

1. A interação linguística: o ato de linguagem.

Não pretendo, aqui, expor teorias funcionalistas, ou, mesmo, tratar alguma determinada teoria em particular. Quero, antes, falar do fazer da linguagem, falar da língua em função, exercitando o modo funcionalista de analisar a linguagem.

Mas um bom começo é sempre ir à a proposta fundamentadora de Coseriu (1987, 1992), que instaura o funcionamento da linguagem neste tripé centrado no falante: (i) a capacidade natural de acionar a ligação entre esquemas cognitivos e linguagem; (ii) o saber de uma língua particular; (iii) a atuação linguística em um evento comunicativo. A vivência da linguagem aflora, aí, simplesmente, pelo reconhecimento de: (i) um poder de que somos dotados: o de produzir linguagem; (ii) um saber a que somos naturalmente levados, na vida em comunidade, a partir daquele poder: o de nos apossarmos de uma língua natural de expressão; (iii) um fazer em que somos naturalmente engajados, na vida em comunidade, a partir desse saber: o de atuarmos com a língua que dominamos.

Por aí começo porque é aí que posso ver sustentado o complexo que quero contemplar nestas reflexões. Aí vejo claramente a força e o poder do componente acionador do fazer da linguagem, que é o componente da atuação linguística em si, comumente chamado “pragmático” (uma denominação um tanto perigosa): É esse “fazer” que, na ação multiplicadora da linguagem (iii), ativa a posse do “saber” de uma língua natural (ii), mediante aquele “poder” do mecanismo gerador do falante (i). Não venho propor, simplesmente, um encarecimento da situação de comunicação na produção de expressões linguísticas e de seus sentidos. Mais que isso, instituo, como fundo para as reflexões sobre usos linguísticos que aqui trarei, a existência de uma componibilidade pareada dos componentes que produzem a linguagem: a sintaxe, a semântica e a pragmática. No todo das avaliações, não importa, absolutamente, a ordem em que se apresentem esses componentes, entretanto, aqui, minha intenção é dar relevo ao componente chamado “pragmático”, e por duas razões: (i) porque isso é o que parece precisar de legitimação, mesmo porque se trata do componente que mais recentemente entrou na preocupação dos estudiosos de linguagem e dos preparadores de lições de gramática; (ii) porque, de fato, pela sua mais difícil apreensibilidade teórica, tal componente é o que mais dificuldade oferece a uma explicitação que lhe dê legitimidade, para além de um interesse folclórico ou de modismo.

2. O foco no ato de linguagem: Funcionalismo e Cognitivismo.

O Funcionalismo trouxe para a explicitação da gramática a consideração de que, a cada instância de produção de linguagem, ativa-se a gramática, e de que, portanto, a gramática é a própria organização da fala, acionada no uso linguístico. Em escolas funcionalistas se encontra até a noção de que as expressões linguísticas podem ser descritas e explicadas dentro de um quadro geral fornecido pelo sistema pragmático da interação verbal (Dik 1997). E, na verdade, qualquer teórico funcionalista já terá dito alguma coisa nesse sentido.

A gramática inclui, pois, tanto as operações internas à oração – por exemplo a constituição sintática das predicções (com entidades como sujeito-predicado, ou predicado-complemento) e suas contra-

partes semânticas (com entidades como agente-paciente) – quanto as determinações interacionais que motivam e configuram a força ilocucionária da frase enunciada (com entidades como tema-rema, além de entidades semântico-pragmáticas, como dado-novo), todas operadas na sintaxe.

Por aí, fica implicado que necessariamente se enlaçam o componente sintático, o semântico e o pragmático, este último em dois níveis: (i) aquele que se resolve mais internamente ao enunciado (por exemplo, o empacotamento da informação e a organização de seu fluxo, na textualidade); (ii) aquele propriamente motivador e direcionador do ato de linguagem (as determinações interlocutivas envolvidas na interpersoalidade).

Outra questão a ser assentada, na proposta, é que ao componente interacional, ou pragmático (a princípio representativo de uma visão sociolinguística), acopla-se, e muito naturalmente, uma contraparte cognitiva (ou cognitivo-perceptiva), também ela, entretanto, inerentemente associada aos agentes (sociocomunicativos) da interação verbal: quem emite e quem recebe, a cada momento.

Do lado dos cognitivistas, invoque-se Langacker (1987), para defender que as construções identificam o processo dinâmico pelo qual o falante conceptualiza uma situação para propósitos comunicativos. Do lado dos funcionalistas, lembre-se, em primeiro lugar, a proposta da Gramática discursivo-funcional quanto ao modo de organização dos componentes, com as palavras de Hengeveld (2005), que configura o “componente conceptual” como “a força condutora que está por trás do componente gramatical como um todo” (p. 5). E insista-se, mais uma vez, no equacionamento básico de Coseriu (1987, 1992) que apresentei no início.

Observe-se, ainda, que têm especial ligação com o cognitivismo, entre outras correntes funcionalistas, as chamadas Gramática funcional (GF; em inglês FG), Gramática discursivo-funcional (GDF; em inglês FDG), Gramática de papel e referência (em inglês RRG)², bem como o Funcionalismo da Costa Oeste (de Givón e outros), enquanto

2. Lembre-se que, em Van Valin e LaPolla (1997: 3), se diz que o estudo do uso da língua em diferentes situações sociais não é uma prioridade.

a Gramática sistêmico-funcional (SFG/GSF) se liga mais diretamente com o socioculturalismo. (Neves, 2012).

Percebe-se claramente que o modelo de interação verbal funcionalista, há pouco evocado como exemplo (Dik 1989, 1997), destaca a natureza e o estatuto dos interagentes na linguagem, o que deixa implicada uma orientação cognitivo-perceptiva para criação de sentido e de efeitos na organização discursiva.

Na contraparte, os esquemas filosóficos derivados de Peirce (1987) abrem espaço para uma consideração de forte valor pragmático, relativo à distribuição de informação, pela consideração de que a noção de signo corresponde um esquema perceptivo representado por uma parte forte, que se percebe (uma figura), e uma parte fraca, que serve de contraste (um fundo). Na representação linguística essas entidades se organizam no nível da expressão (forma) e no nível do conteúdo (sentido), se passarmos aos termos de Hjelmslev (1963). E ressalte-se que figura e fundo compõem planos que organizam saliências e reentrâncias informativas no empacotamento da informação para o interlocutor (Chafe 1987), um importante terreno de natureza pragmática na gramática.

De parte dos estudiosos cognitivistas da linguagem, fica clara a indicação de que os itens lexicais e as expressões não são significativos intrinsecamente, pelo contrário, têm o seu significado construído no ato de linguagem. É nos (diversos) contextos de uso que os processos cognitivos ativam a interpretação dos itens ou das expressões, segundo a base de conceitos e convenções que já esteja disponível para balizamento da interpretação, segundo o conhecimento enciclopédico. Fica evidente a noção de que os significados convencionais, aparentemente associados às unidades linguísticas, são simples gatilhos para o processo de interpretação, que é acionado exatamente na interação verbal. Não há como não entender que o contexto de uso é o disparador desse processo, englobada, aí, a própria intenção do falante.

Lembrem-se, afinal, na teoria linguística, os Modelos de uso (Goldberg 2006), que, com a bandeira do sociocognitivismo (um termo que, na sua composição, já é altamente significativo), dedica-se a seu empreendimento construcionista, instituindo como realidade fundamental da linguagem a enunciação de uma pessoa para outra em ocasiões particulares de uso, realidade na qual os falantes “geram” os enunciados (p. 22).

3. O foco nos fatos gramaticais

A assunção mais determinante, com tais pressupostos, é a de que o complexo que representa a atividade linguística dos falantes se resolve, afinal, numa duplicidade básica, apontada em Halliday (1994): submissão a restrições (muito mais limitada do que se pensa) e liberdade de escolha (muito mais extensa do que se pensa).

Na verdade, num olhar para os enunciados reais, o que se vê são constantes deslizamentos categoriais e superposições funcionais que, sem perturbar a interpretação ou invalidar a gramática, inserem mais marcadamente no enunciado os interagentes e seus propósitos.

Vamos aos fatos.

Uma teoria linguística pode, por exemplo, levar um analista a observar o preenchimento de uma estrutura argumental, para testar a satisfação das restrições de seleção de argumentos de um determinado núcleo verbal, mas fazê-lo deparar-se com algo como isto de Manuel Bandeira:

- *Uns tomam éter; outros cocaína*

Eu já tomei tristeza, hoje tomo alegria. (MB-P)³;

Ou pode, também, fazê-lo deparar-se com outros arranjos que quebram expectativas, como esta coordenação inusitada de Machado de Assis, em *Memórias Póstumas de Bras Cubas*:

- *Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos de réis. (MBC-R)*

Ou pode fazê-lo debruçar-se sobre deslizamentos produtores de significados desviantes instigadores, como o que nos dá Millôr Fernandes nesta frase:

3. As referências a obras examinadas que se apresentam por siglas são de textos que compõem o banco de dados disponível no Laboratório de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Câmpus de Araraquara (o chamado Córpus de Araraquara). Essas siglas têm as suas referências bibliográficas especificadas na seção Obras examinadas, ao final.

• *Vossa Excelência chegou ao limite da ignorância e, no entanto, prosseguiu.*⁴

Nessa visão do fazer da linguagem configurado no uso, fica claramente estabelecido que fronteiras categoriais e funcionais, e mesmo restrições de seleção aparentemente constitutivas, têm de ser relativizadas, submetidas que são a reconfigurações no uso, porque, em geral, a organização do sistema não as determina, realmente, apenas as prevê para os casos não marcados.

Um dos grandes móveis dessa referida “marcação” dos enunciados é, obviamente, a necessidade de argumentar, inerente à linguagem em praticamente todos seus contextos de inserção comunicativa. Aquilo que, de um ponto de vista retórico, se vem chamando de **argumentação** reúne, exatamente, determinações: (i) sociopragmáticas, que envolvem, mais particularmente, o empacotamento da informação e a organização do fluxo informativo (Chafe 1980); (ii) e sociocognitivas, que envolvem, mais particularmente, a inserção dos interlocutores, com transparência do engajamento intersubjetivo (Verhagen 2005). É neste último território que se localiza a pequena amostra que se dá a seguir, a qual envolve o território linguístico que engloba a polarização, a comparação e a a modalização, absolutamente interligadas.

4. Uma configuração das possibilidades de análise, nesse quadro

A negação é, claramente, uma operação atuante no nível sintático-semântico, mas também no nível pragmático, já que é um processo formador de sentido que opera como instrumento de interação dotado de intencionalidade. Em ligação com isso, a negação é um forte recurso argumentativo (ou contra-argumentativo).

O tipo de negação que mais amplamente se vê considerado na tradição gramatical é o de negação predicativa (Neves 2011: 294), aquela que torna negativa a proposição (construindo uma asserção negativa), negação que, do ponto de vista pragmático, podemos chamar de **des-**

4. Referido na coluna “Insensato mundo”, de Dora Kramer, no *O Estado de S. Paulo*, de 30 de janeiro de 2013, Caderno Nacional, p. A6.

critiva. A operação de negação, entretanto, é amplamente usada em situações e condições muito mais do que “descritivas”, e por razões bastante evidentes, a partir da observação do evento de interação. Já afirmei, com base em Givón (1979: 108), que

Quando o falante compõe um enunciado negativo, ele indica ter mais suposições sobre o conhecimento do ouvinte do que quando compõe um enunciado afirmativo. A partir daí, do ponto de vista comunicativo, pode-se dizer que os enunciados negativos não são empregados primariamente para expressar informação nova, mas sim para assentar uma manifestação acerca de informações já expressas, ou supostas na interação linguística. (Neves 2011: 329-330)

Dentre os muitos casos a partir dos quais se pode refletir sobre desdobramentos pragmáticos da operação linguística de negar, alguns poucos serão discutidos a seguir.

Começemos por aqueles casos que a visão tradicional da gramática vem chamando de **negação retórica**, justamente porque o resultado da aplicação do operador de negação por excelência – que é o *não* – deixa de constituir um enunciado negativamente polarizado e serve a outros propósitos (até contrários):

- *Quantos bois já não esmigalhara!* (JT-R) – com marca de exclamação.
- *Quantos hóspedes não chegaram depois que você está aqui?* (OAQ-D) – com marca de interrogação, mas também com força exclamativa.

Podemos dizer que o que se responsabiliza por esse efeito da aplicação do elemento que expressaria uma negação (o *não*) é, em primeiro lugar, a natureza dos atos de fala aí representados – duas exclamações, a segunda delas com componente interrogativo –, a que se acresce a quantificação enfática que governa o sentido pretendido (com “quantos”): assertivamente, esses atos de fala correspondem aos seguintes efeitos de polaridade enfaticamente positiva e de grande força assertiva (até por isso exclamativa), respectivamente:

- *Esmigalhara muitíssimos bois!*
- *Chegaram muitíssimos hóspedes depois que você está aqui!*

Continuemos nesse encaminhamento de observação da operação de negar, que vai a uma criação de efeitos pragmático-discursivos, especificamente na direção de negar (formalmente), para acentuar (semântico-pragmaticamente). Outras construções especialmente representativas desse efeito são estas:

- *E não é que a grade cedeu mesmo!* (EG-R) – com marca de exclamação

- *Não é que ele estava de peruca?* (FSP-J) – com marca de interrogação

Nelas, o operador de negação por excelência (o *não*) vem dentro de um nicho de clivagem cristalizado (*não é que*) que governa a força enunciativa da frase (frase que é uma exclamação ou uma interrogação). Entretanto o que vem focalizado por essa clivagem é uma proposição, e por aí o ato fica expresso como assertivo, como declarativo, mas revestido de um componente exclamativo, o que o configura como enfaticamente assertivo / declarativo e, portanto, pragmaticamente marcado, algo como:

- *A grade cedeu meeeeesmo!*

- *Ele estava de peruca, siiiiim!*

De muitos outros modos se poderá examinar a força pragmática dos mecanismos existentes na língua portuguesa para negar. Passe-se à negação propriamente dita, especialmente consideradas as declarações, que – lembre-se – contêm proposições. Pode-se ilustrar essa força funcional-discursiva especialmente nos casos em que a operação de polarização se faz no reverso (indo do “não” para o “sim”), ou seja, do marcado para o não marcado, numa direção argumentativa que se completa no polo positivo, como em

- *O importante não é que tenhamos mais ou menos empresas alienígenas no País; o importante é que a lei a que se submetem seja justa e convincente [...].* (JL-O)

- *O importante não é que eu acredite nele; o importante é ele acreditar em mim.* (CV-Cr)

• *O importante não é quanto tempo eu fico em quadra, mas sim a qualidade deste treino.* (DIN-J)

Trata-se de um verdadeiro “jogo” argumentativo: lança-se uma negação que vem focalizada, intensificada e valorizada, já estabelecendo com o interlocutor uma coordenação cognitiva que encaminha para a aceitação do que se possa declarar no polo oposto do que está declarado (negativamente) na frase inicial. A conexão estabelecida faz esperar uma afirmação substituidora que possa vir tomar o lugar do que foi descartado (com a negação), ficando praticamente acertada entre as partes a validade do polo positivo em sequência ao negativo, dada a veemência do descarte, algo como: “Absolutamente, o que importa não é o que está declarado nesta oração inicial, é o que está declarado na oração seguinte.”

É fácil prever, porém, que o descarte pode não ser total (ou seja, essa negação enfática pode ser “não predicativa”), e isso representa diferentes graus e diferentes tipos de descarte, nos mais diversos campos e pontos de inserção das informações no fluxo do enunciado. Por aí já penetramos na imbricação das operações de polarizar e de comparar.

Muito frequente e muito significativa é a negação que, também em clivagem, faz gradação de algum componente da mensagem, e, a partir daí, envolve, com certa evidência e com grande efeito, o mecanismo da comparação, como em

• *Depois disso, não é que o cinema italiano entrou em decadência [...]. Ele apenas foi descartado na prioridade que as distribuidoras americanas voltaram a dar... ao cinema americano.* (FSP-J)

Ocorre, aí, que a negação da proposição “o cinema italiano entrou em decadência” – posta em foco – não tem como propósito central negar o predicado em si, e, nessa condução, seu efeito é apenas relativizar o grau de aplicabilidade de “entrou em decadência”. Essa negação parcial abre espaço para a frase seguinte, na qual, em substituição ao que foi descartado, vem uma proposição em forma de declaração afirmativa. Entretanto, mesmo sem a marca canônica da negação, ela também traz, em relação ao tópico (“o cinema italiano”), um predicado de conteúdo negativo da mesma direção (na própria constituição morfológica do

verbo, “descartar”), embora ela venha minimizada, e com marca explícita dessa minimização (“apenas foi descartado”).

Na frase que vem a seguir também se vê um contraponto enfático no predicado, desta vez mais restrito à aspectualidade dos eventos:

• *Não é que eu já nem me preocupe com terremotos. Preocupo-me com eles a cada vez que os especialistas chutam para cima suas previsões de risco.* (FSP-J)

O que está aí é: “não é que hoje não X; hoje, sim, X, em certas situações). No caso, a marcação de uma negação enfática do processo inicial é ainda mais focal pelo fato de a proposição inicial ser negada por um operador altamente marcado: observe-se a negação predicativa com o elemento *nem* (*que eu já nem me preocupe*). Ocorre que o elemento adverbial *nem* nunca nega neutramente, “já que ele tem um componente de significado restritivo que coloca a porção do enunciado negada como um extremo a que se chega no ato de negar” (Neves 2011: 292).

Por essa noção de “extremo” voltamos à aproximação das operações discursivas de transitar pelas polarizações e de fazer comparações. Esse jogo de inversão das polaridades, com anteposição do polo negativo, que aqui illustrei, é relevante no mecanismo comparativo em geral, e com grande efeito semântico-pragmático. Tomemos, por exemplo, um trecho do *Sermão do mandato* (1643), do orador sacro Padre Vieira, de linguagem extremamente retórica:

• *[A causa do choro de Madalena] não era tanto pelo que a Madalena amava a Cristo, quanto pelo que temia de si [...].* (AV-S)

Verifica-se que essa inversão de polaridades – partir do negar para o afirmar – obtém constituir como informação nova o que seria o dado. Essa negação de uma comparação de igualdade (marcada) corresponde, *grosso modo*, a uma comparação de desigualdade (não marcada), que pode ir em qualquer uma das duas direções, a de superioridade (“a causa do choro de Madalena era mais pelo que Madalena temia de si do que pelo que ela amava a Cristo”) ou a de inferioridade (“a causa do choro de Madalena era menos pelo que Madalena amava a Cristo do que pelo que ela temia de si”), sempre com prevalência pragmá-

tica da interpretação de inferioridade⁵. Entretanto, do ponto de vista pragmático, a comparação de igualdade obtida pela negação focalizada daquilo que se põe como “menor” (o amor a Cristo) joga com a força do fato interlocutivo de que essa negação não é o esperado, já que, pela passagem bíblica, o que fica entendido é que o móvel das atitudes de Madalena teria sido exatamente o amor a Cristo. Essa colocação como “menor” daquilo que não é pequeno – pelo contrário, é muito grande – é o que faz a reversão de focos e a criação de relevos que o orador obtém, a serviço de sua argumentação: aquilo que é mais (que é maior) fica ainda maximizado, e marcadamente: a informação em relevo, que na comparação de desigualdade seria a de que Madalena amava muito a Cristo passa a ser a de que ela temia muito de si .

O mecanismo de expressão comparativa pode explicar-se, muito vantajosamente, pela noção de “foco”: em princípio, estão em foco os elementos em cotejo (com “marcadores de foco”), e o resto é “resíduo” (Taglicht 1984: 3-5; Neves; Hattner 2002), o que compõe a topografia do terreno da expressão comparativa. Se se invoca o modelo de análise respaldado pelas leis perceptivas de Peirce (ver García 1994), a comparação se rege pela lei da redundância, pela qual uma forma constitui figura para o emissor (que tende a reforçá-la) e constitui fundo para o destinatário.

O fato é que, assim como se observou no caso das polaridades, também no caso das comparações é eficiente um jogo semântico-pragmático de opostos / de diferentes, como se vê na frase de uma tira do cartunista Bob Thaves em que a personagem Frank diz a Ernest:

• *O professor disse que estou tão em forma quanto um homem com metade da minha idade, que beba duas vezes mais cerveja que eu.*

Aí está uma construção que, exatamente para criar efeito pragmático, faz formalmente a comparação de igualdade (tão... quanto), mas

5. Como mostra Xavier (2012), a interpretação, aí, está vinculada à argumentação que o autor vem desenvolvendo no sermão, no sentido de demonstrar que os efeitos da ausência são poderosos no combate ao amor dos homens: a intensidade do amor de Madalena como causa do choro é menor do que a intensidade do temor pela ausência. A autora continua afirmando que o cotejo entre as duas causas do choro de Madalena tem função de ilustrar a inferioridade de outros fenômenos e sentimentos frente à ausência, no que se refere a intensidade ou a poder.

fortemente envolve no cotejo uma desigualdade (*duas vezes mais... que*), para efeito de ressaltar o inesperado da situação. É por aí que se obtém acentuar a grande importância dessa inesperada “equiparação” dos dois indivíduos (“eu = o homem que bebe mais que eu”).

O que fica verificado é que, embora na tradição se tenha sempre resolvido a comparação em uma divisão simplista entre “de igualdade” e “de desigualdade”⁶, os dois tipos não têm o mesmo viés pragmático. As comparações de igualdade são mais sugestivas do que as de desigualdade (de superioridade e de inferioridade), porque essas apenas abrem mais o cenário para uma comparação quantitativa (obviamente com os efeitos que isso possa sugerir). A comparação de igualdade é tão mais ampla (amplamente qualitativa) em seus significados – e, conseqüentemente, em seus efeitos – que não necessariamente implica algum elemento quantificador, tratando-se, na verdade, de um território de expressão e de argumentação que permanece à parte, praticamente autossustentado.

Vamos supor que se lesse esta frase produzida por um escritor:

• *Era elegante como um manequim de vitrine e ocupado como telefone de bicheiro.*

Assim isolada, a frase é sentida como meio estranha, em primeiro lugar porque coordena dois adjetivos que não se espera que ocorram coordenados (*elegante* e *ocupado*), e em segundo lugar porque faz comparações semanticamente não canônicas. Mas, obviamente, em linguagem real não existe nenhuma “frase” que não tenha sido “enunciada” em contexto interacional (ou, então, não será uma “frase”), e que, portanto não tenha de explicar-se pelos elementos do contexto (de situação e de cultura, para usar as categorias de Halliday, 1994). Ora, essa que apresentei é a primeira frase do texto humorístico de crítica social (de Max Nunes) que, justamente, descreve “tipos inesquecíveis”, ou seja, bizarros, o que necessariamente marca com bizzarria o enunciado:

6. Na verdade, o geral das apresentações vai pela solução mais simplista, ainda, de tripartir as comparações entre “de igualdade”, “de superioridade”, “de inferioridade”.

Tipos inesquecíveis

Era elegante como um manequim de vitrine e ocupado como telefone de bicheiro. Embora mentiroso como bula de remédio, era mais enganador que boletim meteorológico e vagaroso como uma obra de prefeitura, minucioso como um vendedor de imóveis e tão perigoso quanto um pastel de botequim. De inteligência era tão quadrado quanto a frente de um carro inglês e sua ignorância era transparente como fatia de presunto em sanduíche. [...]
(Max Nunes) ⁷

Para captar o efeito da expressão comparativa podemos confrontar esse texto com o que ele teria sido sem as comparações estabelecidas com tanta argúcia e bom-humor, e, portanto, sem a obtenção desses efeitos pragmáticos⁸:

Era elegante e ocupado. Embora mentiroso, (era) enganador e vagaroso, minucioso e perigoso. De inteligência era quadrado e sua ignorância era transparente. ⁹

Vê-se que o próprio gênero discursivo caracterizado seria outro. Sua destinação (sua própria natureza) deixaria de ser humorística, pois, no texto de Max Nunes, são as comparações que criam os absurdos que fazem rir, enquanto este último trecho seria encontrável em outro tipo de obra, assim como estaria dirigido a outro público, outro tipo de interlocutor.

Quanto à modalização – um território evidentemente situado entre o polo positivo e o negativo –, algumas observações gerais vêm na última seção.

7. A continuação do texto vai na mesma linha: *Sob o ponto de vista moral, era mais sujo que qualquer rua do Rio e mais desmoralizado que o cruzeiro. Sentindo-se tão inútil quanto um deputado honesto e mais abandonado que o plano para erradicar a seca, resolveu pôr fim à vida de maneira tão rápida quanto o governo aumenta impostos. Hoje é apenas uma saudade funda como o time do Olaria e seu nome está mais esquecido que promessa de vereador em época eleitoral.* (Nunes, M. 1996).

8. Não se desconhece que os adjetivos qualificadores já são, em si, de valor relativo (Leech 1974: 117-118).

9. Na continuação: *Sob o ponto de vista moral, era sujo e desmoralizado. Sentindo-se inútil e abandonado, resolveu pôr fim à vida de maneira rápida. Hoje é apenas uma saudade funda e seu nome está esquecido.*

5. O fim (e os fins) do recado

Tentei ilustrar aqui, em uma amostra, a permeação entre as operações de sintaticização, de semanticização e de produção de efeitos na linguagem. Encaminhei o exame pela observação do notável trânsito de efeitos sociointeracionais que se obtêm na linguagem a partir dessa componencialidade, detendo-me especificamente nas operações em que o conteúdo cognitivamente partilhado se move entre os limites do polo positivo e do negativo. Comentei casos de polarização e de comparação, e agora completo o ciclo que escolhi como amostra trazendo algumas indicações gerais sobre a modalização, que considero um campo especial, na visão funcionalista dos atos de fala, ou seja, na face pragmática.

Reinando no território das potencialidades – seja a da simples admissão da ocorrência dos fatos (epistemicamente), seja a do licenciamento natural ou consentido dos atos (deonticamente) – por isso mesmo as modalidades se manifestam num necessário engajamento intersubjetivo, e, por aí, constituem uma categoria linguística que ilustra privilegiadamente a intercorrência do cognitivo com o sociocultural pela qual a linguagem se explica. O maior sinal disso – lembre-se – é diretamente encontrável no comprometimento epistêmico (da área do “conhecimento”) de modalidade com evidencialidade, a categoria mãe da inserção das vozes interlocutivas no enunciado.

Extremamente escorregadias, as expressões modalizadas movimentam impulsos e reações que matizam a coordenação cognitiva dos sujeitos envolvidos na interlocução. A própria subjetividade de que a categoria modalidade naturalmente se reveste provoca esse movimento pelo qual, na sociocomunicação, o locutor engaja o interlocutor na observação de um determinado objeto de conceptualização colocado no terreno das potencialidades. Se há, por exemplo, uma “decisão” do falante (o que, em princípio, pode ser tido como subjetivo) em relação a alguma possibilidade em causa, fica implicado que um propósito já estará governando a expressão linguística que ele venha a formalizar, com as marcas de modalização correspondentes.

Ou seja, o pragmático está, escancaradamente: (i) na motivação que move a partida do enunciado: uma motivação subjetiva, mas já in-

tersubjetiva, representada por aquele convite de um a outro interlocutor para observarem juntos um determinado objeto de conceptualização, dentro do “fundo comum”¹⁰ de que disponham; (ii) no propósito que governa a saída do enunciado, propósito pelo qual se conduz tanto o arranjo linguístico (sintaxe) como os sentidos (semântica) que esse arranjo produz, de tal modo que – engajado o interlocutor naquele convite intersubjetivo do parceiro – cumpram-se o mais eficientemente possível os móveis da sociocomunicação (pragmática).

Para além da apreensão das regras formais que explicitam o processo combinatório de ativação das frases da língua, o que vale são as “qualidades” da linguagem: a clareza das mensagens, a beleza dos arranjos, a plausibilidade das opiniões, o rigor dos conceitos, e até os “deslizes” criativos, as quebras expressivas de padrões de restrição construcional. O recado, ao fim, é que vale a linguagem no seu fazer real, porque é nele que está seu poder, seu valor e sua magia. E tudo sem desmentir que, pelas construções, pelos sentidos, pelos efeitos, é responsável, exatamente, a gramática da língua.

Recebido em outubro de 2014

Aprovado em outubro de 2015

E-mail: mhmneves@uol.com.br

Referências bibliográficas

- CHAFE, W. L. 1980. (Ed.). *The pear stories*. Norwood: Ablex.
- _____. 1987. Cognitive constraints on information. In: R. Tomlin. *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam: John Benjamins.
- COSERIU, E. 1987. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença.
- _____. 1992. *Competencia lingüística*. Elementos de la teoría del hablar. Trad. Espanhola de Francisco Meno Blanco. Madrid: Gredos.
- DIK, S. C. 1997. *The theory of Functional Grammar* (org. by K. Hengeveld). Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- FAIRCLOUGH, N. 2003. *Analysing discourse: Textual Analysis for Social Research*. London: Routledge.
- GARCÍA, Á. L. 1994. *Gramática del español*. I La oración compuesta. Madrid: Arco Libros.

10. Cito Verhagen (2005), lembrando o *common ground* de Fairclough (2003: 55).

- GIVÓN, T. 1979. *On understanding grammar*. New York: Academic Press.
- GOLDBERG, A. 2006. *Constructions at work*. Oxford: Oxford University Press.
- HALLYDAY, M. A. K. 1994. *An introduction to Functional Grammar*. 2. ed. Baltimore: Arnold.
- HENGEVELD, K. 2005. Dynamic expression in Functional Discourse Grammar. In: C. Groot and K. Hengeveld. (Eds.). *Morphosyntactic Expression in Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- HJELMSLEV, L. 1963. *Prolegomena to a theory of language*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- LANGACKER, R. W. 1987. *Foundations of Cognitive Grammar: theoretical prerequisites*. v. 1. Stanford: Stanford University Press. *Descriptive Applications*. v. 2. Stanford: Stanford University Press.
- LEECH, G. 1974. *Semantics*. Harmondsworth: Penguin Books.
- NEVES, M. H. de M.; HATTNER, M. M. D. 2002. Construções comparativas. In: M. B. M. Abaurre; A. C. S. Rodrigues (Org.). *Gramática do português falado*. 2. ed. v. VIII. Campinas: Ed. Unicamp.
- NEVES, M. H. de M. 2011. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP.
- _____. 2012. *A gramática passada a limpo: conceitos análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola.
- PEIRCE, C. 1987. *Obra lógico-semântica*. Tradução espanhola. Madrid: Taurus.
- SAEED, J. I. 2011. *Semantics*. 3. ed. Oxford: Wiley-Blackwell.
- TÄGLICHT, J. 1984. *Message and emphasis*. On focus and scope in English. London: Longman.
- XAVIER, D. L. S. 2012. *Os mecanismos comparativos no discurso religioso de Vieira e Sor Juana*. De como a comparação configura a força discursiva. 190 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- VAN VALIN, R. D. Jr.; R. J. LaPolla. 1997. *Syntax: structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VERHAGEN, A. 2005. *Constructions of intersubjectivity: discourse, syntax, and cognition*. Oxford: Oxford University Press.

Obras examinadas

- AV-S *Sermão do Mandato*. VIEIRA, Padre António. 1643.
- CV-Cr *A cidade vazia*. SABINO, F. Ed. Sabiá, 1950.
- DIN-J *Diário do Norte*. Fortaleza.

- EG-R *Estudos de geografia*. ADAS, M. São Paulo: Moderna, 1975.
- FSP *Folha de São Paulo*. São Paulo.
- JL-O *Discursos no Senado Federal*.
- JT-R *João Ternura*. MACHADO, A.
- MB-P *Libertinagem*. BANDEIRA, Manuel.
- MBC-R *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. ASSIS, Machado de.
- OAQ-D *O aquário*. CASTRO, L. P. Rio de Janeiro: Ed. José Álvaro, 1970.
- NUNES, Max. Tipos inesquecíveis. In: R. Castro. (seleção e organização). *Uma pulga na camisola: o máximo de Max Nunes*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 123.

Maria Helena de Moura Neves